

O OLHAR DO SURDO: TRADUZINDO AS BARREIRAS NO ENSINO SUPERIOR

Loraine Isabel do Rocio Pinto Marconcin¹
Luciana de Araújo Antunes²
Luciana da Costa Ferreira³
Priscila Soares Vidal Festa⁴
Virgínia do Carmo Scholochuski⁵

RESUMO

O presente trabalho sobre inclusão do aluno Surdo no Ensino Superior buscou conhecer o olhar desse aluno sobre a realidade inclusiva das Instituições. Para fundamentar essa pesquisa, foi realizada uma análise bibliográfica e uma pesquisa de campo, calcada na metodologia da pesquisa qualitativa. A pesquisa bibliográfica examinou o trabalho de autores como Carvalho (1998), Koslowski (2000), Moura (2000), Monteiro (2005), Botelho (2005), Moreira (2005). Para análise e compreensão dos resultados e da pesquisa de um modo geral, utilizou-se como instrumento um questionário composto de perguntas objetivas e dissertativas. Após a análise das respostas dos alunos foi feita a tabulação dos dados e se verificou a dificuldade do corpo docente para atuar junto a esse aluno. Portanto, o processo de inclusão nas Instituições de Ensino Superior deve partir da conscientização da sociedade acadêmica sobre a importância da inclusão dos alunos com necessidade educacionais especiais e neste estudo, em particular, ao aluno Surdo.

Palavras-chave: Inclusão, Ensino Superior, Surdo, Libras, Educação Especial.

ABSTRACT

This project, on inclusion of deaf students in higher education, sought for the deaf student's view about the reality of inclusive institutions. To support this research, we conducted bibliographic analysis along with field studies, based on qualitative research methodology. The bibliographic research examined the work of many different authors, such as Carvalho (1998), Koslowski (2000), Moura (2000), Monteiro (2005), Botelho (2005) and Moreira (2005). To analyze and understand the results and research in general, a survey, consisting of multiple choice questions and essays, was used. After analyzing the students' responses, the data was put into tables for analysis. It became clear that faculty had difficulties working with these students. Therefore, the process of inclusion in higher education institutions must start from the academic society's awareness about the importance of including students with special educational needs and, in this particular study, the deaf student.

Key Words: Inclusion, Higher Education, Deaf, Libras, Special Education.

¹Graduada em Direito e Pedagogia pela PUCPR; especialista em Educação Especial com Ênfase em Inclusão; Pedagoga no Colégio Estadual Professora Maria Aguiar Teixeira Ensino Fundamental e Médio; loraine.marconcin@ig.com.br.

²Graduada em Letras UFPR e Pedagogia pela FACINTER; lu.antunes00@yahoo.com.br.

³Graduada em Artes Cênicas, especialista em Ensino Superior e Educação Especial, professora da Uespar; lunicomau@yahoo.com.br.

⁴Pedagoga, Mestre em Distúrbios da Comunicação Humana, especialista em Educação Especial com ênfase em inclusão; LIBRAS / Língua Portuguesa: ensino bilíngue para surdos e Psicopedagogia Clínica e Institucional, professora da OPET; priscila.festa@yahoo.com

⁵Pedagoga; especialista em Educação Especial com Ênfase em Inclusão e Psicopedagogia pela PUCPR; Pedagoga na secretaria do Estado do Paraná; virginiadocarmo@ibest.com.br

1 INTRODUÇÃO

O ingresso do aluno surdo na escola regular, muitas vezes representa uma “conquista”, mesmo que aparente, para os pais e para o próprio surdo. O sentimento de frequentar o ensino inclusivo desperta a expectativa para novas chances de obter a conclusão e progresso nos estudos.

No ensino regular formam-se várias barreiras para a aprendizagem do aluno surdo, entre elas destaca-se a dificuldade de acompanhar um currículo elaborado e voltado para os ouvintes, a falta de fluência em LIBRAS por parte dos professores e colegas ouvintes e o sentimento de incapacidade frente às exigências de uma cultura que não é a sua, contribuindo para a evasão e a desistência do sonho de estudar e galgar as diferentes etapas educacionais (LODI, MOURA, 2006; NADER, 2011).

Poucos alunos surdos conseguem concluir sua trajetória escolar no ensino fundamental. Porém, há alguns alunos que apesar das dificuldades enfrentadas conseguem terminar as etapas que abrangem a educação básica e ingressam no ensino superior.

O desejo em comum desses alunos é estar pronto para o mercado de trabalho, em ser um profissional qualificado, ter um futuro melhor como qualquer outra pessoa e continuar seus estudos nas diferentes áreas do conhecimento, além de contribuir na motivação de outros surdos, servindo de exemplo de persistência e sobrevivência em uma cultura diferente da sua, além de ajudar sua própria comunidade surda.

Para o surdo, ser membro de uma comunidade própria significa compartilhar experiências próprias da surdez, participar de várias atividades que a comunidade realiza, sentir-se parte e incluído em um grupo que compartilha das significações de ser surdo (MOURA, 2000; STROBEL, 2008). Dentro da comunidade surda, desenvolve-se a cultura surda que abrange os costumes, hábitos, piadas e histórias que são compartilhadas e transmitidas às gerações seguintes. Ela é construída no contato do surdo com os outros surdos, nas suas associações e clubes, pelo uso de LIBRAS e pela tecnologia adaptada aos surdos. Essa cultura é expressa através de símbolos, basicamente visuais, cuja maior representação é a Língua de Sinais. Em relação à participação, a comunidade é fechada dentro da comunidade, só aceitam quem se identificam e compartilham dos costumes dos surdos (ouvintes que fazem uso da Libras) (STROBEL, 2008).

Com a realidade de estar em um mundo feito por ouvintes, como bem ressalta Moura (2000) a comunidade surda representa um “oásis”, em que a mesma língua é partilhada e há constante afirmação de que ser surdo não é doença, mas sim diferença. Na comunidade surda, não há vergonha em ser surdo, eles podem expressar suas frustrações vividas em um mundo ouvinte e ser compreendido pelos outros. A estigmatização da surdez ocorre em virtude do “ouvintismo”, ou seja, “conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e narrar-se como se fosse ouvinte” (SKLIAR, 1998, p. 15).

Para que o aluno surdo possa ingressar no ensino superior e seja incluído é preciso respeitar sua especificidade linguística, levando-o a aprender e adquirir conhecimentos necessários para o seu desenvolvimento acadêmico e profissional, proporcionando igualdade de oportunidades de aprendizagem como os ouvintes, por ter direitos iguais de receber um ensino de qualidade. Mediante o alcance de muitos alunos surdos ao nível superior, surge a necessidade das instituições se prepararem

para receber esses alunos, a fim de formar bons profissionais para o mercado de trabalho.

Desta forma, mediante a questão cultural e educacional do surdo, como acontece a Inclusão desse aluno no ensino superior?

Para que aconteça a real inclusão do educando surdo no ensino superior é necessário que as universidades estejam preparadas para receber tal aluno, fornecendo subsídios organizados para atender as necessidades desse alunado e capacitando os professores, para que o aluno surdo sinta-se realmente incluso em sua universidade e não se sinta rejeitado ou constrangido em sala de aula devido a sua necessidade especial.

Este trabalho de pesquisa aborda, portanto, o tema **O Olhar do Surdo: traduzindo as barreiras no ensino superior**. Para investigar este tema, foi elencado o seguinte objetivo geral: Analisar o processo de inclusão sob o olhar do aluno surdo no ensino superior.

Como objetivos específicos destacam-se:

- Relatar o processo seletivo do aluno surdo para o ingresso no ensino superior;
- Conhecer a realidade inclusiva do aluno surdo no ensino superior.

2 VISÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO DE SURDOS

De acordo com Goldfeld (2002) até o século XVI não havia na sociedade preocupação em oferecer atendimento educacional às pessoas consideradas “diferentes” das demais. Assim eram excluídas do processo de aprendizagem acadêmica e da participação na sociedade qualquer pessoa que apresentava características físicas (consideradas como deformidades) e problemas mentais. Dentro deste pensamento os surdos eram tidos como imbecis, pois na afirmação de que o pensamento não podia se desenvolver sem linguagem e que este não se desenvolvia sem a fala, o surdo era tido como uma pessoa que não pensava, conseqüentemente eram proibidos de casar, possuir ou herdar bens, ou seja, foram excluídos da sociedade. Mas com a mudança na vida produtiva e material dos homens, as pessoas com deficiências passaram a ser uma preocupação da sociedade, seja pela força de trabalho que elas representavam seja pelos preceitos morais e religiosos dos grupos sociais.

Alguns precursores tiveram grande importância no desenvolvimento da educação de surdos. Na Espanha, Ponce de León (1510-1584), destaca-se na realização de métodos específicos para a educação de surdos, utilizando a combinação de sinais com o esforço concentrado na escrita, inventou o alfabeto manual transformando-o em instrumento de acesso à escrita e à leitura para só então enfatizar a fala. Em 1620, Bonet escreve e publica um livro sobre métodos educativos para Surdos, enfatizando a importância de ensinar aos surdos e aos seus professores o uso do alfabeto manual como método eficaz e a necessidade da intervenção educacional precoce em crianças surdas (SOARES,1999).

No século XVIII são criadas as primeiras instituições filantrópicas que atendiam cegos e surdos. No ano de 1756, em Paris, Abbé Charles Michel de L'Epée, estende a educação de surdos para Paris, fundando a primeira escola para Surdos seguindo a filosofia gestualista, através dos sinais metódicos, representativos e classificadores e oralista, criando uma linguagem mímica universal que permitia a realização de uma instrução rápida, seu objetivo era que a instrução possibilitasse a

esses Surdos transformarem-se em elementos úteis manualmente para a sociedade. Foi a primeira vez na história que os surdos adquiriram o direito a uma língua própria (BOTELHO, 2002, p. 122).

Nos Estados Unidos, Eduard Miller Gallaudet (1837-1917) defendeu o gestualismo, além de seu filho, Thomas, continuar a estudar a questão do Surdo e fundar a primeira universidade para surdos do mundo, a “Gallaudet University” (Universidade Gallaudet), em 1864 na cidade de Washington. Hoje essa Universidade própria para surdos possui mais de 2 mil alunos, incluindo programa de pós-graduação, como mestrado e doutorado.

A partir do Congresso de Milão, em 1880, definiu-se uma nova corrente na educação dos surdos. O método oral puro passou a ser adotado em vários países da Europa, o método excluía o uso de gestos e passou a ser considerado como um instrumento capaz de dar ao surdo maiores possibilidades para adquirir a instrução que era transmitida na escola, neste congresso ficou decidido pelos professores ouvintes a proibição da língua de sinais. O Método de articulação julgou-se superior ao método de Sinais, a língua de sinais passou então a ser proibida.

Na década de 1960 inicia-se movimento mundial reivindicando o direito de acesso à educação ofertada em escolas regulares com as demais crianças e jovens. E para ampliar o objetivo da integração a inclusão surge em 1990 com o objetivo de atingir todas as crianças com os princípios de igualdade e equiparação de oportunidades na educação

Somente em 1971, após o Congresso Mundial de Surdos em Paris, que a Língua de Sinais passou a ser novamente valorizada. Mediante os resultados não satisfatórios obtidos com o uso exclusivo do Oralismo, optou-se por liberar novamente o uso da Língua de Sinais. Nesse Congresso, começou a surgir discussões e apresentação de pesquisas realizadas nos Estados Unidos com a utilização de um novo método, a Comunicação Total, possibilitando abertura para outros métodos e filosofias educacionais. (KOSLOWSKI, 2000)

Em 1981, Danielle Bouvet, publica pesquisas realizadas na Dinamarca e na Suécia sobre o Bilinguismo⁶ na educação de Surdos. Grandes avanços foram realizados na Suécia, pois desde 1981, o Bilinguismo foi oficialmente implantado e aprovado pelo parlamento sueco. De acordo com Botelho (2002), atualmente grande parte da população surda naquele país trabalha em áreas que exigem formação universitária.

No Brasil, a primeira instituição para pessoas com surdez foi criada na época do Império por D. Pedro II e existe até hoje, sendo considerada centro de referência nacional: o Instituto Nacional de Surdos (INES). Na década de 70: Chega ao Brasil a Filosofia da Comunicação Total e a década de 80 Através das pesquisas realizadas pela professora de Linguística Lucinda Ferreira Brito sobre LIBRAS, o Bilinguismo começou a ser utilizado no Brasil. (GOLDFELD, 2002).

Em 24 de Abril de 2002, entrou em vigor a Lei de aprovação da Língua - Lei nº.10.436, em que a LIBRAS é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão no Brasil, constituindo um grande avanço na Educação dos Surdos. Com esta lei incluiu-se a LIBRAS em cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, assim como sua integração nos PCN's (Parâmetros Curriculares Nacionais) que regem a Educação

⁶ O Bilinguismo considera o uso das duas línguas, mas privilegiando a Língua de Sinais como eixo fundamental para sua cultura e identidade, pois é adquirida de forma espontânea pelo surdo, desde que haja contato com outros surdos.

Básica no Brasil, proporcionando abertura para utilização da LIBRAS nos estados brasileiros. Após três anos, em 22 de Dezembro de 2005, o decreto nº 5626 regulamentou a Lei nº 10.436/2002, incluindo nesse discurso outros sujeitos, surdos e ouvintes, na educação do aluno surdo: o intérprete de Libras, o instrutor surdo e os professores na disciplina de Libras. Em 2010, uma proposta há muito tempo esperada culminou na Lei n.º 12.319/2010, conhecida como Lei dos Tradutores e intérprete de Libras.

3 BUSCANDO UM CAMINHO PARA A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Para falar de educação inclusiva, temos de abordar, antes, a questão da inclusão social, ou seja, o processo de tornar participantes do ambiente social total (o econômico, o cultural, o político e todos os demais) todos aqueles que se encontram, por razões de qualquer ordem, excluídos. Exclusão social e inclusão social são conceitos dialéticos, polarizados, simétricos e constituem uma das grandes preocupações da sociedade atual. Como excluídos, pode-se considerar todos os grupos de pessoas que não participam em nossa sociedade capitalista, do consumo de bens materiais (produtos e mercadorias) e/ou serviços. Ou seja: aqueles que estão fora do processo produtivo, do acesso aos bens culturais, saúde, educação, lazer e outros, todos componentes da cidadania.

Uma das dimensões do processo de inclusão social é a inclusão escolar que pode ser considerada um conjunto de políticas públicas e particulares de levar a escolarização a todos os segmentos humanos da sociedade, com ênfase na infância e na juventude. Neste contexto, recebem atenção especial a integração de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares, o ensino voltado para a profissionalização e a constituição da consciência cidadã.

O primeiro passo em busca de uma educação inclusiva foi dado após a Declaração de Salamanca em 1994, que estabelece o princípio da escola inclusiva. A política de inclusão passou a ser cada vez mais debatida e exercida em diversos países do mundo e, atualmente a legislação brasileira coloca-se favorável ao atendimento dos alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns.

As discussões a respeito da educação especial e do processo de inclusão de alunos com necessidades especiais no ensino regular, marcou presença no cenário político brasileiro de maneira mais frequente a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9394/96. A educação que lhes é oferecida deverá dar-se, preferencialmente, em classes regulares, assegurando-lhes a perfeita integração com os demais alunos, professores, equipe pedagógica e funcionários, que terão a oportunidade de exercitar a solidariedade, visto ser componente imprescindível a qualquer projeto educacional.

Carvalho (1998, p. 141) justifica que para haver a efetiva inclusão são necessários alguns passos como: “melhor preparo e formação dos professores; projeto político pedagógico voltado para a diversidade de aprendizagem e que todos os integrantes da instituição estejam presentes no processo inclusivo”. Essas ações contribuem para que a instituição possa ser feita para todos, respeitando as diferenças e limitações individuais, permitindo que todos aprendam. O processo de inclusão depende de uma mudança de mentalidade, dos valores de toda uma sociedade, que apresenta uma história de preconceito e desigualdade, transparecendo isso em seu sistema educacional.

Em relação aos alunos surdos, muitas barreiras também devem ser superadas como a falta de intérpretes nas escolas e de preparo dos profissionais que trabalham com o ensino deste alunado com metodologias específicas.

Nas últimas décadas, importantes avanços nas políticas públicas vêm difundindo no Brasil a ideia da pessoa surda como alguém diferente e não deficiente (STROBEL, 2008). Também, percebe-se que tem aumentado a reflexão sobre a prática pedagógica dos professores que atuam com alunos surdos e os subsídios que as instituições de ensino estão proporcionando aos educandos deficientes auditivos para alcançarem a aprendizagem. É preciso que os educadores que trabalham com surdos estejam preocupados com:

Apenas quando o surdo pode se ver e ser visto, encarnar e ser encarnado como um sujeito com capacidades e habilidades, possibilidades de ser e vir a ser é que ele poderá ter o seu papel de ser social totalmente desempenhado na sociedade (MOURA, 2000, p. 60).

Mas, deve-se ter o cuidado de evitar o assistencialismo e/ou protecionismo, para não difundir a ideia de que a pessoa surda é incapacitada, e por este motivo puro e simples proporcionar-lhes algum tipo de privilégio ou concessão subestimando sua capacidade intelectual, criativa e produtiva.

O professor como agente de mudança, deve ter em mente, sempre, a responsabilidade social que o cargo lhe confere e participar decisivamente do esforço de inclusão, apesar dele mesmo, enquanto categoria profissional, não receber reconhecimento, no Brasil, de sua importância na formação educativa da população.

4 A INCLUSÃO DO ALUNO SURDO NO ENSINO SUPERIOR

Com a implantação de uma educação inclusiva, e com a conscientização dos surdos sobre seus direitos de acessibilidade à educação, é natural que haja uma necessidade em proporcionar o ingresso desses alunos nos cursos superiores. Infelizmente, são poucas as universidades brasileiras que se interessam e se preparam para receberem os alunos surdos.

Depois de passarem por uma difícil jornada educacional, esses alunos se deparam com a primeira barreira ao tentar entrar no ensino superior, ou seja, o vestibular, pois esse é estruturado pensando apenas em alunos que não possuem necessidades educacionais especiais, e no caso dos surdos é preciso entender, como afirma Monteiro (2005, p. 34), que existe uma “dificuldade em relação a Língua Portuguesa, que é a segunda língua dos surdos, pois a primeira língua dos surdos é LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais), os surdos não usam tempo verbal nem preposições, dificultando o bom desempenho nas provas tradicionais do vestibular.”

Uma vez vencido o obstáculo do vestibular, o próximo problema a ser enfrentado pelo aluno surdo é o de permanecer na faculdade e concluir seus estudos. Pois, aqui também as dificuldades enfrentadas pelos Surdos universitários se encontram enraizada frente à concepção ouvintista, ou seja, a de que os Surdos são tratados como se fossem ouvintes.

Na questão do currículo, não é preciso substituir por outro, privando esse aluno de conteúdos relevantes à sua formação ou tornando a caminhada acadêmica

mais facilitada, mas sim adaptar e torná-lo mais flexível e compatível com as necessidades educativas dos alunos especiais (CARVALHO, 1998).

A instituição que opta pela inclusão abre a possibilidade para a diversidade e o respeito pela limitação e diferenças individuais. É fundamental a reflexão sobre a função social da universidade, no sentido de contribuir para o cumprimento das leis, normas e recomendações pertinentes aos alunos com necessidades educacionais especiais que querem a oportunidade de continuar seus estudos, de pesquisar, de aperfeiçoar e gerar novos conhecimentos.

Apesar das dificuldades percorridas pelo aluno surdo em sua vida acadêmica existem leis que o amparam como a portaria nº 1.679 do Ministério da Educação (MEC) de 1999 que busca “assegurar aos portadores de deficiência física e sensorial condições básicas de acesso ao Ensino Superior”, representando um avanço para a inclusão, neste caso, do aluno surdo. A citada Portaria dispõe em seu artigo 2º alínea C, que para alunos com deficiência auditiva:

Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso: quando necessário, intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento de aluno; flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico; aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita (para o uso do vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado); materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade linguística dos surdos.

Mas, apesar da existência da legislação as medidas acima sugeridas ficam condicionadas a solicitação por parte do aluno surdo ou de sua família, não sendo um procedimento que já se encontra incorporado ao cotidiano das instituições de ensino superior. É preciso que as instituições que ofereçam o ensino superior tenham consciência de sua função como agentes formadores, propondo a colaborar na construção de uma sociedade onde valores humanos se integram à forma técnica e científica para que haja uma real efetivação da inclusão.

5 METODOLOGIA E INSTRUMENTOS DA PESQUISA

O presente projeto tem como meta o estudo que busca fazer um levantamento e reflexão do tema “Inclusão do aluno surdo no Ensino Superior”. Para tanto foi realizada pesquisa bibliográfica e de campo, para que se possa chegar o mais próximo possível do objetivo da pesquisa. Este estudo apresenta uma abordagem qualitativa, acreditando como Chizzotti (1998, p. 79) que:

a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro; está

possuído de significados e relações que sujeitos concretos criam em suas ações.

A abordagem qualitativa permite ao pesquisador a obtenção de dados descritivos mediante seu contato direto e interativo com a situação e o objetivo de seu estudo. No caso desta pesquisa, buscará respostas para a seguinte questão norteadora: Como acontece a inclusão do aluno Surdo no ensino superior?

A pesquisa de campo possibilitou a obtenção de informações necessárias para que se possa fazer uma análise e reflexão da realidade comparando com o referencial teórico realizado. Foi elaborado um questionário com perguntas abertas e fechadas direcionado aos alunos surdos que frequentam o ensino superior em diferentes instituições (públicas e privadas) do Paraná e Santa Catarina, tendo como objetivo “analisar o processo de inclusão sob o olhar do aluno surdo no Ensino Superior”.

Optou-se pelo questionário, por ser um instrumento que permite obter com melhor exatidão o que se almeja na coleta de dados. O questionário foi entregue aos alunos que apresentam surdez nos diferentes níveis: leve, moderado e profundo. Posteriormente foram recolhidos para serem tabulados e analisados à luz do referencial teórico lido dando prosseguimento ao trabalho de pesquisa.

6 ANÁLISE DOS DADOS

A análise e interpretação dos dados se fez a partir dos questionários respondidos pelos alunos surdos que frequentam o ensino superior em diferentes instituições de ensino e áreas do conhecimento. Foram distribuídos 20 (vinte) questionários e apenas 11 (onze) foram devolvidos.

Para garantir o anonimato dos sujeitos envolvidos na pesquisa, os questionários receberam numeração específica. Após analisar as respostas dos questionários, foi feita uma releitura, comparando os dados coletados com o referencial teórico.

A pergunta 1 - “Em que faculdade estuda?” teve como objetivo identificar em qual instituição os alunos surdos ingressam em maior quantidade, na pública ou na particular. Destes, 82% frequentam instituições particulares e 18% estão nas instituições públicas. Esses dados confirmam os números da Educação Especial no Brasil (MEC), que cada vez mais acontece a matrícula de alunos surdos no Ensino Superior, alcançando um crescimento de 265% de matrículas entre 2003 e 2005.

A pergunta 2 - “Curso que faz?” objetivou-se por averiguar as áreas do conhecimento em que há mais concentração de alunos surdos no ensino superior. Percebeu-se que 63% dos respondentes cursam na área de Humanas, 18,5% na área de Exatas e na mesma proporção, 18,5% na área Biológica.

A pergunta 3 - “Escreva sua história de forma resumida, como chegou até a faculdade?” teve como objetivo analisar de que escolas esses alunos são provenientes. 27,5% atestam que começaram seus estudos em escolas especiais para surdos, depois foram matriculados em escolas regulares; 18 % desses sempre estudaram em escola especial, 18% somente em escola regular e 9% estudaram em escolas regulares e depois foram para escolas especiais. Ainda 27,5 % não especificaram o tipo de escola em que estudaram.

Porém, surge uma questão importante, qual seria a melhor formação? Nas escolas regulares, segundo Botelho (2002, p.15) estudar em escolas para ouvintes

faz parte das expectativas de muitos surdos e de seus pais mas “alguns insistem na permanência na escola, que se mantém à custa de proteção, acobertamento das dificuldades e outras astúcias”, muitas vezes não revelando o verdadeiro potencial do aluno surdo. Nas escolas especiais, acontece conforme o depoimento de uma das participantes, em que:

a turma era especial, pois eram todos igual a mim, o professores eram preparados, maioria sabiam Libras, mas infelizmente, as vezes o ensino dos professores eram ruim, não acreditavam na capacidade do aprendizado dos surdos.

Por um lado, participam de uma escola dita “normal”, mas sem ter suas diferenças respeitadas e pelo outro lado, estudam com iguais, sem serem valorizados.

A questão 4 que indagou - “Seu vestibular foi adaptado para Surdo? Se sim, como foi?”. Obteve-se o seguinte percentual: 54,5 % dos alunos questionados alegaram que o seu vestibular não foi adaptado, isto é, fizeram a prova sem intérprete ou qualquer outro auxílio, conforme relato de um dos participantes: “Outro vestibular pedi intérprete, mas diretor não deixou e falou que eu sabia ler e escrever, aí chorei muito”. O que percebe-se é a falta de conhecimento da legislação, tanto por parte do aluno Surdo, como por parte da instituição de ensino. A Portaria nº 1.679/99 em seu artigo 2º alínea C dispõe: “Compromisso formal da instituição de proporcionar, caso seja solicitada, desde o acesso até a conclusão do curso: quando necessário, intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa, especialmente quando da realização de provas...”. Os outros 45,4% dos alunos obtiveram o auxílio de intérprete ou um outro tipo de adaptação para fazer o vestibular.

A questão 5 indagou o seguinte - “Na faculdade, tem algum grupo (professores, funcionários, coordenadores de curso) que ajuda você? Se sim, o que fazem para te ajudar na faculdade?”. Dos 11 alunos participantes da pesquisa 54,4% alegaram que não possuem nenhum tipo de ajuda na faculdade, sendo que apenas um aluno justificou a sua resposta:

Bom, pra mim na faculdade nenhum deles me ajudam. Eles não sabem como ajudar uma surda como eu. Pra falar a verdade que eu sou a primeira a deficiência auditiva que faz fisioterapia no Paraná!!!! E quem me ajuda na faculdade é meu intérprete.

A questão 6 - “Adaptaram currículo para você? Se sim, o que você acha disso?”. Destes 36,3% responderam que tiveram o currículo adaptado, porém não deram a opinião sobre o assunto e 63,6% responderam que não tem ou não tiveram um currículo adaptado. Sobre currículo Carvalho (1998, p. 23) afirma “não é preciso substituir por outro, privando esse aluno de conteúdos relevantes à sua formação ou tornando a caminhada acadêmica mais facilitada, mas sim adaptar e torná-lo mais flexível e compatível com as necessidades educativas dos alunos especiais”.

A questão 7 “Qual maior dificuldade no seu processo de aprendizagem no seu curso?”. Nesta questão 45,4% responderam que têm dificuldade em entender o professor e 54,5% disseram que a maior dificuldade é na Língua Portuguesa. Conforme citação de Carvalho (1998, p. 141) para haver uma efetiva inclusão é preciso “um melhor preparo e formação dos professores, projeto político pedagógico voltado para a diversidade de aprendizagem e que todos os integrantes da instituição estejam presentes no processo inclusivo”.

Questão 8 - “Como são provas faculdade? Você mudaria alguma coisa?” Destes 72,7% responderam que as provas são iguais a de todos, 18,18% que as provas são adaptadas e 9,9% responderam que a prova é dissertativa. Como amparo aos alunos surdos em relação as provas da faculdade a já citada Portaria 1.679/99 preconiza:

Flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico; aprendizado da língua portuguesa, principalmente na modalidade escrita (para o uso do vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver, matriculado); materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade linguística dos surdos.

A questão 9 indagou “Para você o que é inclusão?” Para todos inclusão é entendida como acesso ao ensino regular, participar e interagir com os ouvintes. Como podemos perceber em suas falas: aluno 2 - “quando uma pessoa com qualquer deficiência tem o direito de estudar com qualquer outra pessoa em qualquer escola ou faculdade”; aluno 9 - “inclusão é uma mistura entre surdo e ouvinte, sou única surda da minha turma, estudo com normais, é inclusão”; para o aluno 10 - “favorecer o acesso ao meio comum essa convivência é uma fundamental, e positiva, para ambas as partes ou seja, deficientes ou não deficientes” e para o aluno 11 - “Acho inclusão é ouvintes e surdos estudam juntos ou trabalham juntos”. De acordo com Mittler (2003), o processo de inclusão depende de uma mudança de mentalidade, dos valores de toda uma sociedade, que apresenta uma história de preconceito e desigualdade, transparecendo isso em seu sistema educacional.

Na questão 10 - “Você conhece leis fala direitos Surdos? Se sim, qual ou quais?” Obteve o seguinte percentual: 36,3% afirmaram que tem conhecimento sobre a existência de legislação mas não citaram qual seria; 27,2% citaram a Lei 10.436/02 que dispõe sobre a Libras e 36,3% o direito de ter intérprete em sala de aula do ensino regular. Portanto, os surdos universitários tinham consciência sobre questões legais referentes à surdez.

A questão 11 buscou analisar, sob o olhar do aluno surdo, suas sugestões para melhorar o processo de inclusão perguntando “O que pode mudar faculdade ter inclusão melhor para surdo?” Em sua maioria, 54,5% citaram a formação do docente que deve estar preparado para atuar com alunos com necessidades especiais e isso foi possível verificar em suas falas: aluno 1 - “reconstrução do docente reflexivo que poderá começar a mudança da transformação; aluno 10 - “Seria o primeiro lugar, o reitor tem conhecimento e professores, muita gente não interessam o trabalho dos surdos, e realmente isso é falta de conhecimento”. Do total, 36,3% afirmaram a importância de ampliar o processo de inclusão conforme relato de um participante: “Inclusão é muito importante para conviver com as pessoas ouvintes”. Como afirma Moreira (2005, p. 5):

Em face da complexidade e da extensão da exclusão que marcou a educação das pessoas com NEE no Brasil, a busca impõe-nos um olhar cauteloso e crítico, ... a universidade não pode se furta de reagir diante da indiferença, dos padrões e rótulos que tradicionalmente classificaram diferença e inferioridade como sinônimos...

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve por objetivo analisar o processo de inclusão sob o olhar do aluno surdo no ensino superior. Foram abordadas algumas concepções históricas acerca da surdez que auxiliaram a entender as atitudes que vêm sendo demonstradas pela sociedade de um modo geral e no caso desta pesquisa no meio acadêmico, em relação ao surdo.

Precisamos compreender que o surdo é bicultural, ou seja, ele é um indivíduo dotado de língua e especificidades, porém, é participante de uma sociedade ouvinte. Logo, ele participa de sua comunidade, mas precisa se integrar na sociedade ouvinte para “gritar” por seus direitos e ser reconhecido como cidadão.

A legislação defende a educação inclusiva na medida em que esclarece os direitos que os surdos têm, e garante os subsídios necessários para o ingresso e conclusão dos ensinos acadêmicos. Mas, infelizmente o mero fato de constar em leis, decretos ou resoluções não significarão muito se as ações ensejadas para a inclusão das pessoas com necessidades especiais não sejam planejadas e estruturadas de modo que elas tenham seus direitos plenamente respeitados. É urgente que pesquisadores concentrem esforços para discutir e pesquisar essa temática e principalmente fazer realizar com a prática a inclusão em todos os níveis e modalidades de ensino.

Ao analisar os relatos dos alunos que participaram da pesquisa por meio de questionários, observaram-se algumas contradições entre a legislação específica sobre a surdez e a prática inclusiva das instituições de ensino, em que essas não se encontram preparadas para receber este aluno, pois ainda faltam professores com capacitação específica, currículos adaptados, intérpretes de língua de sinais e conhecimento pelo meio acadêmico da cultura surda e suas especificidades.

Ao verificar o processo de inclusão acadêmica nas instituições de ensino superior percebe-se a importância da formação específica do corpo docente para atuar junto a esses alunos e a conscientização da sociedade acadêmica como um todo, sobre a importância da inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais em particular, o aluno surdo. Portanto o que se verifica é que, atualmente, nas instituições pesquisadas de ensino superior acontece um processo de integração e não de inclusão.

Uma das propostas para efetivar o processo de inclusão seria a criação de um departamento nas instituições de ensino superior que atendesse os alunos com necessidades educacionais especiais e este departamento seria responsável pela organização, reestruturação e adaptação dentro da própria instituição, buscando soluções e promovendo condições para incluir esses alunos como, por exemplo, no aspecto físico, a acessibilidade; no aspecto humano a capacitação de docente e funcional e no aspecto acadêmico, a metodologia e adaptação curricular, tendo como meta o acompanhamento desde o ingresso do aluno no meio acadêmico até a conclusão de seus estudos na instituição.

REFERÊNCIAS

- BOTELHO, P. Linguagem e letramento na educação de surdos: ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção I.

- _____. Secretaria de Educação Especial (MEC). Portaria n. 1.679, de 2 de dezembro de 1999. Dispõe sobre Acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiência. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/index>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2008.
- _____. Secretaria de Educação Especial (MEC). Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/index>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2008.
- _____. Secretaria de Educação Especial (MEC). Números da Educação Especial no Brasil. Gráfico 42: evolução de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais no ensino superior. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/index>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2008.
- CARVALHO, R. Temas em Educação Especial. Rio de Janeiro: WMA, 1998.
- CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- GOLDFELD, M. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista. São Paulo: Plexus, 2002.
- KOSLOWSKI, L et al. O modelo bilíngüe/bicultural na educação do Surdo. In: SEMINÁRIO, SURDEZ: Desafios para o Próximo Milênio. 5. 2000. Anais Seminário Surdez, Rio de Janeiro, 2000, p. 47 – 52.
- LODI, A.; MOURA, M. Primeira língua e constituição do sujeito: uma transformação social. *Educação Temática Digital*, Campinas, v.7, n.2, p.1-13, jun. 2006.
- MITTLER, P. Educação inclusiva: contextos sociais Tradução FERREIRA, W. B. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- MONTEIRO, M. S. As dificuldades de inclusão de surdos brasileiros e dos intérpretes de libras nas universidades públicas. Disponível em: <<http://www.feneis.org.br/page/materiais.universidadepublica.asp>>. Acesso em: 13 de fevereiro de 2008.
- MOREIRA, L. C. A universidade e o aluno com necessidades educativas especiais: reflexões e proposições. In: CASTRO, A. M. et al. Educação Especial: do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp, 2005.
- MOURA, M. O surdo: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.
- NADER, J. Aquisição tardia de uma língua e seus efeitos sobre o desenvolvimento cognitivo dos surdos. 2011, 148 f. Dissertação (mestrado)- Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas. Campinas: 2011.
- SKLIAR, C. (Org). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.
- SOARES, M. A educação do surdo no Brasil. Campinas: Autores Associados, 1999.
- STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.
- UNESCO. Declaração de Salamanca. Conferência Mundial de Educação Especial. Salamanca, Espanha, 1994.